



ABORTO E HOMOSSEXUALIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

Amanda Caicó Collares de Lima¹

Resumo

Trata-se de um estudo sobre as percepções de jovens universitários do curso de Serviço Social da UFRJ a respeito do aborto e da homossexualidade. A hipótese que orientou este estudo é de que a entrada deles na universidade permitiria um maior debate desses temas e um alinhamento de pensamento com as demandas dos movimentos feministas e GLBT. Foram realizadas vinte entrevistas semi-estruturadas com os estudantes inseridos nos períodos finais. A opção pelo curso de Serviço Social se deve ao fato da profissão possuir uma prática interventiva ligada à luta pela garantia, ampliação e consolidação dos direitos de cidadania e intervenção direta nas políticas sociais. A análise dos dados apontou mais aceitação em relação à homossexualidade, percebendo-a com um direito relacionado à sexualidade e livre escolha dos indivíduos. Em relação ao aborto se mostraram favoráveis a criminalização, não tendo a visão disso com um direito da mulher, com fortes influências de questões morais e religiosas.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de um trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2008. Apresenta as opiniões e representações sociais de vinte estudantes de Serviço Social da referida universidade, com a faixa etária entre 21 a 29 anos, sobre a prática do aborto e os sentidos atribuídos em torno da homossexualidade, bem como a influência da religião na formação do pensamento e na construção de valores. Partindo da hipótese de que a entrada na universidade ampliaria o conhecimento dos alunos a respeito dessas questões, visto que o curso de Serviço Social é um curso voltado para o debate em torno da defesa dos direitos e ligado aos interesses dos movimentos sociais.

A relevância de tal abordagem se deve ao fato de tais temas serem pouco trabalhados no nosso meio acadêmico, principalmente com os estudantes, embora o assistente social em sua prática profissional tenha que lidar com a questão do aborto, seja nos plantões de Serviço social das unidades de saúde através dos programas de pós-aborto, seja nos programas de planejamento familiar ou até mesmo inseridos em outras políticas sociais. O mesmo pode ser dito sobre questão da homossexualidade, uma vez que ele pode vir a ser chamado a dar um parecer no caso da adoção por casais homossexuais, no caso da união civil, dentre outras questões.

2 DESENVOLVIMENTO

¹ amandacaico@ig.com.br - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



A incorporação das temáticas de gênero e de sexualidade enquanto conteúdo acadêmico do curso de Serviço Social da UFRJ se deu a partir da década de 90, mais especificamente em meados, o que expressa o estágio de desenvolvimento do debate dessas questões na sociedade e o que representa também o nível de mobilização e de organização dos grupos feministas e movimentos sociais, dentre eles o dos grupos homossexuais, na luta por direitos.

Essas duas temáticas possuem grande ligação no contexto atual, à medida que os movimentos feministas se organizam através de lutas e campanhas relativas ao aborto e os movimentos homossexuais pela ampliação e consolidação de direitos.

Segundo Ávila (2005), a legalização do aborto deve ser considerada como um direito das mulheres, além de uma questão de saúde pública. A autora também aponta que as questões relacionadas à reprodução e a sexualidade e neste caso incluindo a homossexualidade, são permeadas pela questão do controle, pela repressão, ou seja, pelas relações de poder que envolvem o Estado. Na visão desta autora, tanto o aborto quanto a questão da homossexualidade estão no patamar da busca pela legalidade, pelo reconhecimento no plano dos direitos.

No que se refere as novas legalidades, Barsted (2005) aponta que elas significam o alargamento dos direitos de cidadania, concebendo estes como direitos à liberdade e à igualdade. Assim, é importante enfatizar o protagonismo das mulheres e dos grupos homossexuais na busca da real efetivação dos direitos de cidadania.

Aqui gostaria de ressaltar um lado contraditório dessas duas questões, já que um grupo chama a intervenção do Estado no sentido de legalizar, de intervenção por parte do Estado, que é o caso das questões do plano da homossexualidade, já o outro grupo pede a não intervenção desse Estado, ou seja, deseja o direito de poder decidir pelo aborto sem ter a intervenção de uma lei.

Segundo Carrara (2005), o movimento homossexual que se consolida no Brasil nos anos 90 vem ganhando cada vez mais espaço e como representativo disso, esse autor também destaca que a discussão sobre a sexualidade é muito pertinente em nossa sociedade, pois o país vivencia hoje um processo de redefinições no que diz respeito ao nível da ética sexual e no âmbito das políticas sexuais.

Essas redefinições se referem ao que deve ou não ser criminalizado, ao que deve ser amparado por lei civil e ao que deve ser objeto de políticas públicas. Tais discussões em curso na nossa sociedade englobam a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a questão da homossexualidade, da adoção e o aborto.

A metodologia utilizada neste trabalho é baseada na perspectiva qualitativa que leva em consideração as representações, conhecimentos, comportamentos, práticas e atitudes dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa (Minayo, 2007).



Segundo Sessions (2001), a vantagem de uma pesquisa qualitativa é que além de fornecer dados sobre as percepções, crenças e valores dos entrevistados, ela nos permite respostas mais aprofundadas sobre o assunto a ser estudado. Como o tema dessa pesquisa é ainda pouco debatido no meio acadêmico, entendemos que essa abordagem é a mais adequada.

A técnica utilizada neste trabalho foi a realização de entrevistas semi-estruturadas gravadas com a prévia autorização dos entrevistados. O roteiro com as perguntas possibilitou interagir com os entrevistados de uma maneira a tentar extrair o máximo em cada resposta. Esse roteiro incluiu temas para traçar o perfil contendo perguntas como nome, estado civil, idade, etc..., religião, família, além das percepções sobre aborto e homossexualidade.

O universo da pesquisa são os alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro inseridos nos últimos períodos de formação, o que compreende os 7º e 8º períodos diurno e 9º e 10º noturno, por já terem uma grande bagagem teórica e um amadurecimento dentro do meio acadêmico. A escolha desse curso foi feita devido a minha inserção nele, por ser um curso que trabalha com a noção dos direitos de cidadania e aproximação com os alunos, o que facilitaria na hora das entrevistas. Se deu também devido ao meu interesse em verificar se a inserção dos mesmos em curso superior faz como que eles sejam mais abertos e mais próximos dessas temáticas.

3 CONCLUSÃO

A análise dos dados indicou que o aborto é um tema bastante polêmico e que gera posicionamentos contraditórios. Os alunos apresentam certa dificuldade em emitir opiniões e parecem ter pouca informação sobre o debate público em torno dessa questão no Brasil. No caso dos evangélicos o fator religião influencia muito a opinião sobre essa questão, por causa dos ensinamentos da bíblia e pelo fato de se estar “matando” uma vida. Já os católicos e os espíritas entrevistados demonstram separar a esfera privada, a formação do pensamento do âmbito religioso.

Assim como a grande maioria da população brasileira, os alunos concordam com o aborto nos termos da lei (gravidez resultante de violência sexual e quando gera risco de vida para mãe) e são favoráveis a permanência do aborto como crime. Eles fazem questão de enfatizar que a descriminalização do aborto gerará uma banalização da prática, já que na concepção deles as mulheres irão abortar por qualquer motivo, a qualquer hora. Ainda há uma parcela dos entrevistados que é contra o aborto em todos os casos.

Quanto às percepções a respeito da homossexualidade, percebe-se também uma grande diferença entre o posicionamento dos evangélicos e o restante de minha amostra. A maioria entende a homossexualidade como algo natural, como uma forma de exercício da sexualidade da pessoa e como um direito de livre expressão. Porém, dentre os estudantes evangélicos, a influência da religião aparece bem forte, já que eles condenam a homossexualidade por não ser um relacionamento entre homem e mulher,



incapaz de gerar filhos, que é visto por Deus como um pecado, algo que não é natural, passível de cura e de libertação.

Esses estudantes são os mesmos que são contra a adoção de crianças por homossexuais, a união civil e a toda atenção dada pelo Estado e pela sociedade civil a esses grupos. São totalmente favoráveis aos ensinamentos de sua igreja e condenam fortemente todas as práticas homoeróticas.

De modo geral, os estudantes foram mais tolerantes com a questão da homossexualidade, se colocando a favor da total ampliação dos direitos para esses grupos, favoráveis a união civil e a adoção. Entretanto, nos casos da adoção eles acham que deve ter um preparo, um acompanhamento da criança, já que a mesma poderá sofrer muito com o preconceito do restante da sociedade por não ter uma família formada nos padrões tradicionais, com a figura de uma mulher (mãe) e um homem (pai).

A partir do que foi exposto acima, é possível concluir que o aborto ainda é considerado um tabu e que o discurso da vida é amplamente utilizado para que este ato continue sendo considerado crime. Percebe-se também que a religião influencia muito o pensamento desses estudantes, tanto na hora de falar sobre o aborto. Cabe enfatizar que o peso da variável religião só foi contatado no grupo evangélico onde os alunos citam ensinamentos da bíblia e associam a interrupção da gravidez como um pecado.

Destaca-se também a diferença na forma de tratar as duas questões, pois quando o assunto é a homossexualidade os estudantes são mais tolerantes, percebem a questão como um direito de livre exercício da sexualidade e apresentam um discurso contra o preconceito.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: **Revista Estudos Feministas**. V1, n2, 1993.

CARRARA, Sérgio. O Centro-latino Americano em sexualidade e direitos humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, Mirian Pillar et al. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Coleção sexualidade, gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: editora Garamond universitária, 2005. pp. 17-30.

_____. Pesquisa Política, Direitos, violência e homossexualidade. 8ª Parada do orgulho GLBT. Rio de Janeiro: editora Pallas, 2003.

CARRARA, Sérgio, VIANA, Adriana R.B. **Ta lá o corpo estendido no chão: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro**. Revista de Saúde coletiva. Rio de Janeiro, 2006. pp. 58-27.

COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES. **Assistente social: ética e direitos**. CRESS 7ª Região, 4º ed Rio de Janeiro, 2004.



CONSELHO Nacional de Combate à discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da saúde, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marida, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marida Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. 10ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IPAS. **Magnitude do aborto no Brasil:** aspectos epidemiológicos e sócio-culturais, 2007.

MELO, Jacira. A polêmica do aborto na imprensa. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol.5, n.2, p.406-412, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25ªed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

MOTT, Luis. Homo afetividade e Direitos Humanos. In: **Revista Estudos Feministas**, V.14, N2, 2006. pp.509-521.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise In: SOS Corpo, 2 ed. Recife (s/data).

SESSIONS, Glenn. **Avaliação em HIV/AIDS:** uma perspectiva internacional. Rio de Janeiro: ABIA, coleção fundamentos da avaliação, n2, 2001.